

Gabriel cobra da Prefeitura informações sobre estágio das obras do Caputera e do BRT

O vereador Gabriel dos Santos (PSD) apresentou e teve aprovado na sessão ordinária de segunda-feira (17/10), o requerimento [nº 2494/16](#) no qual cobra da Prefeitura informações sobre a obra de canalização do córrego Caputera e a construção do Corredor Metropolitano do Alto Tietê, projeto da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU).



Futuro terminal urbano de Arujá

O corredor também chamado de Bus Rapid Transit (BRT) – Transporte Rápido por Ônibus – ligará as cidades de Arujá, Itaquaquetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos possibilitando, quando concluído, a redução de até 20 minutos no tempo de viagem.

Em audiência pública realizada na Câmara Municipal em abril deste ano, o presidente da EMTU Joaquim Lopes informou que Arujá estava em estágio avançado em relação à obra, pois concluiria no mês seguinte o projeto básico do Terminal Metropolitano, que ficará localizado entre as avenida Pinerollo e Mário Covas.



BRT Alto Tietê

Conforme a proposta da EMTU, Arujá ainda será contemplada com investimentos de R\$ 114,2 milhões destinados à edificação de um viaduto no prolongamento da avenida Ângelo Anunciato, uma transposição sobre o córrego Caputera, quatro estações de embarque e um viário de 3,2 quilômetros relativo ao Trecho 1 do Corredor Metropolitano.

De responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), a canalização do córrego Caputera integra um conjunto de obras, orçado em mais de R\$ 250 milhões, destinado à universalização do tratamento de esgoto na cidade.

Com o tratamento de 100% dos detritos, por meio da construção do coletor-tronco Perová, a meta é, além de auxiliar na despoluição do rio Tietê, preservar os córregos Baquirivu e Caputera. Este último nasce no Jardim Real e terá, com verbas do projeto, todo o entorno transformado em parque linear. O córrego atravessa mais quatro bairros de Arujá, percorrendo um percurso de cinco quilômetros até alcançar o Tietê. Em toda a sua extensão recebe esgoto das residências.



Jardim Real: vista do local da nascente do Caputera

No mês de julho deste ano, o prefeito Abel José Larini (PR) assinou o decreto nº 6649/16 no qual declara de necessidade e utilidade pública os bens imóveis identificados no trecho da Área de Preservação Ambiental (APP) do córrego Caputera

compreendida entre a avenida Benedito Manoel dos Santos até a divisa com o município de Itaquaquecetuba.

A medida tem como objetivos garantir a continuidade dos serviços de dessassoreamento e canalização do Caputera e a readequação do sistema viário.

Para Gabriel devido a importância e ao impacto causados por estas intervenções ao município é fundamental que o Legislativo seja mantido informado de seu andamento. “Precisamos acompanhar e fiscalizar, pois aprovamos uma série de emendas para execução destas obras. Além disso, no caso específico do BRT, a EMTU deixou, desde 2013, a cidade em polvorosa, sem que tenhamos retorno objetivo de como está a situação do Corredor Metropolitano”, salientou.

Proprietários de terrenos e residências localizadas nas proximidades da área que possivelmente será afetada pela construção do BRT pediram uma definição da EMTU quanto ao projeto. Eles se sentem inseguros e impedidos de investir nos imóveis devido à possibilidade de desapropriações.

Na ocasião, Gabriel chegou a sugerir a reativação da Comissão do Corredor Metropolitano, criada pelo Legislativo em 2013.

A Prefeitura tem prazo de 15 dias para enviar resposta à Casa.

*Com informações da Prefeitura de Arujá e do G1 (Mogi)

Câmara de Arujá

Assessoria de Comunicação

imprensa@camaraaruja.sp.gov.br

4652-7015

Publicado em 20/10/2016